PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA, O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, A SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA E O BRITISH COUNCIL.

A SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA – SPM/PR, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada pela titular **Ministra Nilcéa Freire**, portadora da Carteira de Identidade nº 2.709.868 IFP/RJ, e do CPF nº 412.684.907-68 residente em Brasília - DF, pelo **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo **Ministro Fernando Haddad**, portador da Carteira de Identidade nº 11.975.235 SSP/SP, e do CPF nº 052.331.178-86 residente em Brasília - DF, a **SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEPPIR/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada pela **Ministra Matilde Ribeiro**, portadora da Carteira de Identidade nº M 895.158 SSP/SP, e do CPF nº 253.803.036-68 residente em Brasília - DF e o **BRITISH COUNCIL - BC, Organização Internacional do Governo do Reino Unido, instalado no Brasil face ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e o Governo da República Federativa do Brasil**, inscrito no CNPJ/MF 037.389.996/0001-25, com sede localizada em Brasília - DF, Ed. Centro Empresarial VARIG SCN QUADRA 4 BLOCO B Conjunto 202, neste ato representado pelo **Diretor para o Brasil Hector Ian Campbell Munro**, portador da Carteira de Identidade nº D 14.737-00 MRE, e do CPF nº 731.781.601-91 residente em Brasília - DF, resolvem firmar o presente Protocolo de Intenções mediante as cláusulas e condições nele contidas, considerando:

- a necessidade de conjugação de esforços na direção da inclusão das temáticas de gênero, étnico-racial e de orientação sexual nos processos de formação de professores nos sistemas públicos de ensino;
- a necessidade de sensibilizar professores/as e gestores/as de educação em relação aos temas propostos;

- a necessidade de fortalecer o intercâmbio internacional e ações educacionais nos temas gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual;
- que BC é a principal agência internacional do Reino Unido para relações educacionais e culturais e opera no Brasil nestas áreas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Protocolo de Intenções tem por finalidade fortalecer a articulação institucional entre os entes de governo supracitados e o BC, objetivando implementar políticas educacionais para a igualdade de gênero, raça/etnia e orientação sexual, por meio de ações que visem formar os/as professores/as como: seminários, cursos presenciais e semipresenciais, elaboração de material didático pedagógico, entre outros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO COMPROMISSO

Os subscritores do presente protocolo de intenções assumem reciprocamente o compromisso de atuar de maneira articulada e em parceria, propiciando as condições necessárias para a implementação de atividades conjuntas entre a SPM, o MEC, a SEPPIR e o CB.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES

O presente Protocolo estabelece uma relação de parceria e cooperação entre a **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)**, o **Ministério da Educação (MEC)** - através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (**SECAD**) e da Secretaria de Educação a Distância (**SEED**), a **Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR)** e o **British Council (BC)**, não implicando, porém, a criação de obrigações legais para quaisquer das partes signatárias.

I - À Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres caberá:

- a) Coordenar o projeto, cabendo-lhe a convocação dos parceiros para reuniões, a elaboração das atas e demais tarefas pertinentes à coordenação;

- b) Articular com as Prefeituras Municipais, as coordenadorias e secretarias de mulheres dos municípios onde será implementado o projeto.
- c) Participar da capacitação dos/as professores/as nos municípios selecionados para implantação do projeto;
- d) Monitorar o andamento do projeto;
- e) Avalizar os produtos finais da consultoria (material didático de formação de professores/as e a metodologia dos Cursos de formação e a elaboração do material em linguagem web);
- f) Avaliar o projeto e divulgar seus resultados;
- g) Prestar orientações técnico-pedagógicas no processo de elaboração dos materiais didáticos e dos cursos de formação, por meio da participação em reuniões com consultores/as, entre outras estratégias;
- h) Colaborar na preparação e execução dos seminários e de cursos de formação para educadores/as;
- i) Elaborar os documentos decorrentes deste protocolo de intenções, tais como termos de cooperação ou convênios específicos;
- j) Acompanhar a elaboração e aprovar o conteúdo dos módulos no que diz respeito às temáticas;
- k) Empenhar-se juntamente com os/as demais parceiros/as para a criação de todas as condições necessárias para a viabilização do referido projeto.

II – Ao Ministério da Educação caberá:

- a) Desenvolver atividades relacionadas à comunicação social necessária para a implantação e implementação do projeto;
- b) Participar da capacitação dos/as professores/as nos municípios selecionados para implantação do projeto;
- c) Colaborar no desenho de programas, atividades e materiais, do ponto de vista da educação a distância (EAD);
- d) Colaborar nas etapas de seleção e acompanhamento de consultores na elaboração dos materiais para EAD;
- e) Incorporar os programas do curso à grade da TV Escola;
- f) Identificar, nos Estados, os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs) e Coordenações da TV Escola, para apoio a ações de Educação à distância;
- g) Disponibilizar ambiente de aprendizagem on-line (e-proinfo);
- h) Propiciar a capacitação dos tutores, em colaboração com os/as consultores/as e ou instituições contratados/as;
- i) Monitorar o andamento do projeto;
- j) Avalizar os produtos finais da consultoria (material didático de formação de professores/as e a metodologia dos cursos de formação e a elaboração do material em linguagem web);
- k) Avaliar o projeto e divulgar seus resultados;
- l) Prestar orientações técnico-pedagógicas no processo de elaboração dos materiais didáticos e dos cursos de formação, por

- meio da participação em reuniões com consultores/as, entre outras estratégias;
- m) Colaborar na preparação e execução dos seminários e de cursos de formação para educadores/as;
 - n) Elaborar os documentos decorrentes deste protocolo de intenções, tais como termos de cooperação ou convênios específicos;
 - o) Acompanhar a elaboração e aprovar o conteúdo dos módulos no que diz respeito às temáticas;
 - p) Empenhar-se juntamente com os/as demais parceiros/as para a criação de todas as condições necessárias para a viabilização do referido projeto;

III – À Secretaria Especial de Políticas Promoção da Igualdade Racial caberá:

- a) Participar da capacitação dos/as professores/as nos municípios selecionados para implantação do projeto;
- b) Monitorar o andamento do projeto;
- c) Avalizar os produtos finais da consultoria (material didático de formação de professores/a, a metodologia dos cursos de formação e a elaboração do material em linguagem web);
- d) Avaliar o projeto e divulgar seus resultados;
- e) Prestar orientações técnico-pedagógicas no processo de elaboração dos materiais didáticos e dos cursos de formação, por meio da participação em reuniões com consultores/as, entre outras estratégias;
- f) Colaborar na preparação e execução dos seminários e de cursos de formação para educadores/as;
- g) Elaborar os documentos decorrentes deste protocolo de intenções, tais como termos de cooperação ou convênios específicos;
- l) Acompanhar a elaboração e aprovar o conteúdo dos módulos no que diz respeito às temáticas;
- m) Empenhar-se juntamente com os/as demais parceiros/as para a criação de todas as condições necessárias para a viabilização do referido projeto.

IV – Ao British Council caberá:

- a) Criar condições para a participação de especialistas de Universidades do reino Unido como forma de contribuir para a elaboração e implementação do objeto deste protocolo;
- b) Empenhar-se juntamente com os/as demais parceiros/as para a criação de todas as condições necessárias para a viabilização do referido projeto.
- c) Monitorar o andamento do projeto;
- d) Acompanhar a elaboração do conteúdo dos módulos no que diz respeito às temáticas;
- e) Avaliar o projeto e divulgar seus resultados

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As dotações ou destinações de verbas específicas, por demandas ou projetos que venham a ser objeto de negociação, serão devidamente processadas na forma da lei, sempre com instrumento próprio.

CLÁUSULA QUINTA – DA DIVULGAÇÃO

Para efeito de divulgação ou ações promocionais, por ocasião de eventos ou atividades, no âmbito deste Protocolo, as siglas oficiais e respectivas logomarcas a serem divulgadas deverão ser a dos parceiros signatários.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento deste Instrumento serão efetuadas durante sua vigência, previamente acordadas entre os Partícipes, desde que não impliquem em modificações do objeto previsto na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA

Este Instrumento entrará em vigor a partir da data de sua celebração, podendo ser revogado por acordo entre os signatários, observada a legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA - DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Protocolo poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer partícipe, mediante a troca de avisos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada partícipes os respectivos ônus decorrentes das obrigações acordadas.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Instrumento será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, às expensas do Ministério da Educação, de conformidade com o Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As controvérsias oriundas do presente protocolo serão resolvidas administrativamente pelos partícipes, mediante a participação da Advocacia-Geral da União. Todavia, não sendo possível um acordo, fica eleito o Foro da Justiça Federal, seção Judiciária do Distrito Federal, para a solução dos conflitos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem os partícipes justos e acordados em suas intenções, firmam entre si o presente instrumento elaborado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Brasília, de agosto de 2005.

Nilcéa Freire
Ministra da Secretaria Especial
De Políticas para as Mulheres

Fernando Haddad
Ministro da Educação

Matilde Ribeiro
Ministra da secretaria Especial
de Promoção da Igualdade Racial

Hector Ian Campbell Munro
British Council

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF: